

PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO 2011-2020: METAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

*Universidade Federal da Paraíba(UFPB)
Débora De Oliveira Lopes do Rego Luna
MPPGAV - UFPB
deboralopesluna@gmail.com*

*Universidade Federal da Paraíba(UFPB)
Amanda Souza Xavier de Luna
nandasxx@gmail.com*

RESUMO

A Pós-Graduação Brasileira vem sendo submetida, nos últimos anos, a um conjunto consistente de políticas a fim de ampliar seu crescimento e sua qualidade. Ao longo dos anos, o investimento brasileiro em ciência e tecnologia tem aumentado significativamente e apresenta várias vertentes em seu financiamento, o que fez com que a Pós-Graduação do país evoluísse. No entanto, os desafios que se apresentam para esse nível de formação são imensos. O Brasil se situa em posição intermediária e ainda muito longe de alcançar os índices de países com maior capacidade tecnológica e de bom nível de ciência e conhecimento. Por isso, em dezembro de 2010, foi lançado o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011 ó 2020, que tem por objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para a política de Pós-Graduação e pesquisa no Brasil. O PNPG 2011 ó 2020 tem por objetivo, por exemplo, dobrar o número atual de doutores por mil habitantes no prazo de 10 anos. Além disso, foi elaborado o novo Plano Nacional de Educação (PNE), lei nº 13.005, de 25 junho de 2014, em outras instâncias do MEC e de órgãos do governo, exigindo a coordenação de propostas e atividades. De fato, pela primeira vez, um plano nacional de educação contempla as propostas de diretrizes e políticas do ensino de Pós-Graduação, isso porque o PNPG é parte integrante do PNE. Daí surge a importância de discutir o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011 ó 2020 e analisar todo o planejamento estratégico, gestão, desafios e metas estabelecidas para que a Pós-Graduação brasileira evolua ainda mais e alcance índices de grandes potências.

Palavras ó chave: Plano Nacional. Pós-Graduação. Desenvolvimento

A IMPORTÂNCIA DA PÓS-GRADUAÇÃO PARA O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL

A globalização, fenômeno típico do capitalismo contemporâneo, vem provocando transformações constantes e profundas em todos os setores da vida social seja na economia, nas relações sociais, na política, no mundo da cultura e no mundo do trabalho. Um mundo cada vez mais globalizado e informatizado que acaba por gerar novos desafios econômicos, políticos e sociais.

De fato, existe consenso no sentido de afirmar a importância do conhecimento para o crescimento e desenvolvimento econômico de uma Nação, bem como da incorporação de tal conhecimento às organizações e pessoas, creditando-se a educação um grande poder de mudanças. A Pós-Graduação tem um papel primordial em formar pessoas capazes de absorver, gerar e utilizar conhecimento. Não há que se falar em desenvolvimento civil, político, social, avanços e formação sem a presença de uma Pós-Graduação forte, desenvolvida e de qualidade.

Por isso, a Pós-Graduação brasileira tem sido submetida a consistentes políticas públicas com objetivo de ampliar seu crescimento e aumentar sua qualidade. E nesse sentido Romêo, Romêo e Jorge (2004) ressaltam a importância das ações políticas na pós-graduação conduzidas pelo estado brasileiro a partir das demandas sociais brasileiras.

No entanto, impossível tratar da educação em geral, e especificamente da pós-graduação fora de um contexto socioeconômico e político. Deve-se compreender a relação entre economia e a política de um Estado capitalista, através das ações do governo para a manutenção ou preservação dos interesses políticos num mundo cada vez mais globalizado (Molina, Lara 2009).

Defende-se as liberdades individuais e critica-se a interferência do Estado, principalmente no que tange as políticas públicas sociais, devendo o Estado ser omnímodo, como propõe o neoliberalismo. No entanto, segundo Ciavatta e Frigoto (2003), há, principalmente no Brasil, níveis e situações concretas diferenciadas de cidadania de acordo com as classes sociais, culminando em acesso diferenciado aos bens e direitos necessários à sobrevivência.

O papel do governo para Friedman (1988, p.33) é o de fazer alguma coisa que o mercado não pode fazer por si só, isto é, determinar, arbitrar e pôr em vigor as regras do

jogo. Afirma-se, portanto, que o governo não deveria violar os direitos econômicos do cidadão ao mesmo tempo que deve respeitar a primazia do mercado.

Dessa forma, o Estado capitalista, no que diz respeito a políticas públicas, tem por função manter e controlar a força de trabalho. A intervenção do Estado condiz com as relações de produção e fases de desenvolvimento do capital.

Boaventura (2004, p.19) reafirma a importância da educação para sobrevivência e adaptação a essa Sociedade de Informação, vejamos:

1 - A gestão, a qualidade e a velocidade da informação são essenciais à competitividade económica. Dependentes da mão de obra muito qualificada, as tecnologias de informação e de comunicação têm a característica de não só contribuírem para o aumento da produtividade, mas também de serem incubadoras de novos serviços onde a educação assume lugar de destaque.

2 - A economia baseada no conhecimento exige cada vez mais capital humano como condição de criatividade no uso da informação, de aumento de eficiência na economia de serviços e ainda como condição de empregabilidade, uma vez que quanto mais elevado for o capital humano, maior é a sua capacidade para transferir capacidades cognitivas e aptidões nos constantes processos de reciclagem a que a nova economia obriga.

3 - Para sobreviver, as universidades têm de estar ao serviço destas duas ideias mestras ó sociedade de informação e economia baseada no conhecimento ó e para isso têm de ser elas próprias transformadas por dentro, por via das tecnologias da informação e da comunicação e dos novos tipos de gestão e de relação entre trabalhadores de conhecimento e entre estes e os utilizadores ou consumidores.

O Brasil, país em desenvolvimento, se submete às regras da mundialização da economia, visando se adaptar e se equiparar num mundo cada vez mais globalizado e informatizado. Deve-se aglutinar e trabalhar com as informações, uma vez que o acesso às mesmas confere poder, o que tem se tornando uma questão estratégica nas relações entre indivíduos, grupos e Nações. (Machado, 1994)

Tais regras, trouxeram novas exigências para o Estado e por consequência mudanças intensas na política educacional. Segundo Hostins (2006, p. 142), tais medidas resultaram na Pós-Graduação:

em expansão significativa da matrícula, a diversificação da oferta, as propostas de mestrados profissionalizantes, diversificação das fontes de financiamento, as alianças estratégicas entre agências internacionais, governos e corporações, a diferenciação dos docentes em função de indicadores de produtividade, a internacionalização e globalização do conhecimento, o predomínio de Tecnologias da Informação e da Comunicação e de alternativas de aprendizagem a distância, a redefinição das estruturas que regulam a produção e circulação do conhecimento em âmbito global.

Verifica-se que as políticas públicas direcionadas a Pós-Graduação, atualmente são implementadas para estimular a cooperação e integração de todos os segmentos da sociedade em busca de maior capacidade de inovação e, conseqüentemente, de competitividade no cenário internacional. No entanto, para entender como o Brasil e sua Pós-graduação chegaram a esse ponto se faz necessária uma análise do caminho percorrido pela Pós-Graduação brasileira desde o início de sua implantação aos dias atuais, bem como de sua projeção para o futuro.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

A implantação da pós-graduação brasileira data do início dos anos 30 e tinha por objetivo formar professores para atender com qualidade à expansão do ensino superior e ao conseqüente desenvolvimento da pesquisa científica. As primeiras Universidades brasileiras atraíram professores estrangeiros que trouxeram consigo um modelo institucional de estudo na Pós-Graduação. Balbachevsky (2005, p. 187) afirma que o esquema central desse modelo era a relação tutorial que se estabelecia entre o professor catedrático [brasileiros ou não] e o pequeno número de discípulos, os quais também atuavam como auxiliares do professor nas atividades de ensino e pesquisa.

Tratava-se de experiências e iniciativas de dimensões limitadas e de pequeno impacto, já que se restringia a seletos grupos encontrados em pouquíssimas universidades no Brasil. Pode-se afirmar que a Pós-Graduação se desenvolveu, inicialmente, sem qualquer regulamentação externa, foi apenas na década de 1940 que, segundo Santos (2003), o termo "Pós-Graduação" foi utilizado pela primeira vez no artigo 71 do Estatuto da Universidade do Brasil.

Nos anos 50, destaca-se a criação dos órgãos de fomento à pesquisa e a Pós-Graduação no país, a CAPES, inicialmente chamada de Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e posteriormente sendo chamada de Coordenação e o CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O primeiro tinha por objetivo a formação de pessoal de alto nível em todas as áreas de conhecimento para atender às necessidades dos empreendimentos públicos privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país e o segundo foi direcionado para capacitação e formação de recursos humanos nas áreas científicas.

Até a década de 50 firmaram-se convênios entre escolas e universidades brasileiras e norte-americanas com o intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores, no entanto nada que impulsionasse a curto prazo a Pós-Graduação no Brasil. Tal impulso deu na década de 1960, mais precisamente no ano de 1965 momento em que o Governo Federal utilizou-se do modelo norte-americano e formalizou a Pós-Graduação como um novo nível de educação (Moraes,2002).

Nesse sentido, Darcy Ribeiro (1978, p.117) acreditava no amadurecimento das universidades brasileiras, destacando a importância da referida institucionalização:

"Refiro-me à institucionalização de um sistema de pós-graduação, não por meio de programas eventuais de mestrado e doutorado, mas de uma verdadeira ascensão ao quarto nível de educação. Isto é, acrescentar às redes de ensino de nível primário, secundário e ao terciário que é o superior, um quarto nível correspondente à pós-graduação. Somente alcançando este nível, aliás, uma universidade passa a merecer este nome".

Ainda em 1965, o parecer 977, mais conhecido como Parecer Sucupira, foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, tendo por objetivo a implantação formal dos cursos de Pós-Graduação no Brasil traçando o formato institucional básico da pós-

graduação brasileira, diferenciando seus dois níveis de formação: o mestrado e o doutorado. O Professor Newton Sucupira ressalta, sendo este o modelo mais adequado à nova concepção de Universidade adotado pelo Brasil (MEC/CFE, Parecer nº 977/65).

Vale ressaltar que o Brasil sofria, nessa época, com a opressão de um regime militar, no entanto, foi neste período que políticas voltadas para o segmento de Ciência e Tecnologia surgiram de maneira efetiva. Isso, por que o regime militar possuía um traço nacionalista e ambicionava o desenvolvimento de projetos tecnológicos de grande porte. Kuenzer e Moraes (2002) afirmam que a carência de recursos humanos para alcançar tais objetivos foi fator determinante para a criação e desenvolvimento da Pós-Graduação brasileira pelo governo militar.

Nesse sentido, em 1968, com o advento da Lei de Reforma Universitária, Lei n.º 5.540 a Pós-Graduação brasileira foi devidamente regulamentada. O governo militar, pressionado por movimentos sociais e estudantis, impôs uma profunda reforma no ensino superior. Passou a incorporar ideias e experiências da Universidade de Brasília, criada em 1961, que tinha por princípio fundamental, segundo Barros (1998), a convivência entre os institutos e as escolas sob a estrutura de departamentos, unindo ensino e pesquisa.

Os principais pontos da reforma universitária foram a substituição do modelo de cátedras pela organização departamental, instituição da contratação de professores em tempo integral, substituição do sistema tradicional de cursos sequenciais pelo sistema de créditos, a criação das licenciaturas, consagração da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e, por fim, a institucionalização da pós-graduação.

Com a Reforma Universitária a Pós-Graduação foi incumbida da qualificação dos professores para o ensino superior, do estímulo de produção científica clara, aliada ao desenvolvimento do país e da capacitação de pessoal para atuar nos setores público e privado.

Cunha (1999) afirma que com a Reforma Universitária de 1968

a produção de ciência, de tecnologia e de cultura pela atividade genericamente chamada de pesquisa, nos programas de Pós-Graduação, sobrepôs-se ao ensino profissional a nível de graduação, que tradicionalmente definia o *para que* da universidade.

Durante o processo de reforma a CAPES iniciou seu sistema de acompanhamento, avaliação e financiamento da Pós-Graduação brasileira, passando a avaliar e qualificar os cursos. Para Balbachevsky (2005) os anos 70 foram uma época de grande expansão econômica para o Brasil, que chegou a crescer a taxas de 7% a 10% ao ano, o que impulsionou os investimentos na Pós-Graduação pelas agências de fomento.

Visando aprimorar o sistema, regulamentar e direcionar os investimentos foram elaborados Planos Nacionais de Pós-Graduação. O primeiro, elaborado em 1973, vigorou de 1975 a 1979 e teve como principal meta a formação de pesquisadores, docentes e profissionais para atender as demandas do ensino superior, propondo programas de concessões de bolsas, aumentando a titulação e vagas nos cursos de mestrado e doutorado, incentivando a distribuição regional e setorial de novos cursos e a admissão de docentes para atuar na Pós-Graduação nas Universidades.

A respeito do I PNPG, Balbachevsky (2005) afirma que esse incentivo na formação de mestres e doutores representou também, além de um processo de forte crescimento, uma alternativa doméstica barata para a qualificação dos professores da rede federal de universidades, isso por que os doutores eram formados no exterior.

O II PNPG vigorou entre os anos de 1982 e 1985 e apesar de manter os mesmos objetivos do PNPG anterior teve como alvo principal a qualidade do ensino superior, tanto a nível de graduação como o de pós-graduação. Tratou da institucionalização e o aperfeiçoamento da avaliação, incentivando a participação da comunidade científica nas decisões e processos de avaliação, utilizando a sistemática de avaliação por meio de comissões de consultores, a avaliação por pares, que foi consolidada e aperfeiçoada nesse período. Moraes (2002).

Outro importante objetivo do II PNPG foi a vinculação do ensino e pesquisa com a tecnologia e o setor produtivo, visando a adequação dos programas às necessidades do país, atendendo, também, às especificidades de cada região do Brasil

O III PNPG (1986 a 1989) foi o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação da era da Nova República e estava vinculado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República o PND, o que demonstra a importância dada a Pós-Graduação na época, pois se pretendia, através da formação de cientistas, atingir plena capacitação científica e

tecnológica e dessa forma alcançar a meta de autonomia nacional e independência econômica que o PND determinava.

Nesse sentido, o III PNPG teve por objetivo principal a priorização da pesquisa nas Universidades, enfatizando seu papel no desenvolvimento nacional, e a integração da pós-graduação ao sistema de ciência e tecnologia (V PNPG 2005-2010, p. 14). Para tanto, qualificou-se como indissociável a institucionalização da pesquisa e a pós-graduação, visando uma melhora no desempenho dos cursos de pós-graduação nas Universidades.

No período de 1990 a 2004 não houve qualquer planejamento nacional oficial que tratasse do desenvolvimento da Pós-Graduação no Brasil, o que não significa dizer que não houvesse problemas diagnosticados ou mudanças a serem realizadas. Assim, Romeo, Romeo e Jorge (2004) assinala que

vários setores ligados à pesquisa, agências governamentais, associações civis e pesquisadores constituíram um documento que foi repassado ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP), que, porém, foi pouco divulgado e efetivado pelo governo.

Nesse sentido, o que há sobre o IV PNPG é um conjunto de regras, diretrizes, objetivos, metas e finalidades, sugestivo ao qual a comunidade acadêmica se refere como Memória do PNPG (Capes, 2004).

Destacam-se os principais projetos constantes no 4º Plano, aquele que não foi promulgado, mas cujas diretrizes foram adotadas pela CAPES: ênfases na expansão do sistema, na diversificação do modelo de pós-graduação, na introdução de mudanças no processo de avaliação, uma vez que tornou-se claro o esgotamento dos paradigmas utilizados na avaliação dos cursos de pós-graduação, uma vez que os critérios dos anos 70 ainda eram aplicados (Fávero, 1999) e na inserção internacional do SNPG.

Assim, 14 anos depois da ausência de um Plano Nacional oficial, a CAPES, em 2004, instituiu uma Comissão responsável pela elaboração do V Plano Nacional de Pós-Graduação, com vigência de 2005 a 2010. O V PNPG (Capes, 2004, p. 15) propõe, entre outros pontos,

a introdução do princípio de indução estratégica nas atividades de pós-graduação em associação com as fundações estaduais e em associação os fundos setoriais, o aprimoramento do processo de avaliação qualitativa da

pós-graduação, a preocupação com a solidariedade entre os cursos e seu impacto social, a expansão da cooperação internacional, o combate às assimetrias, a formação de recursos humanos para a inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo, e a ênfase na formação de docentes para todos os níveis de ensino, bem como de quadros técnicos via mestrado profissional para os setores de serviços público e privado.

Destaca-se a preocupação deste Plano com a flexibilização de modelos visando o equilíbrio no desenvolvimento e qualidade dos programas em todas as regiões do Brasil, bem como a preocupação com a vinculação de diretrizes estratégicas com as demandas mercantis tendo por objetivo a formação de uma mão de obra mais qualificada, uma vez que prevê a capacitação e qualificação dos professores da educação básica, a especialização de profissionais para o mercado de trabalho público e privado, a formação de técnicos e pesquisadores para empresas públicas e privadas por meio do mestrado profissional.

Dessa forma, analisando o caminho percorrido pela Pós-Graduação brasileira até o PNPG 2011 - 2020, refletindo sobre as políticas e planos desencadeados, observa-se que, inicialmente, os seus objetivos eram o de capacitar docentes para atuar nas Universidades, desenvolver a atividade científica e sua importância estratégica no ensino superior e da Ciência e Tecnologia no Brasil. Nesse sentido, a comunidade científica brasileira se expandiu mesmo estando sob repressão e controle militar.

Com sua consolidação, a partir dos anos 80 e com a retomada da democracia pós-ditadura a ênfase recai sobre a avaliação do sistema que acabou induzir redirecionamentos na organização da Pós-Graduação, como também no processo de produção e divulgação do conhecimento no Brasil.

Por fim, desenvolve-se a pesquisa na universidade e o estreitamento das relações entre ciência, tecnologia e setor produtivo tendo por base uma Sociedade de Conhecimento, em que o conhecimento se torna em um bem de importação e exportação necessário para se submeter as exigências da competição, produtividade e internacionalização como forma ativa de responder à globalização do conhecimento. (Hostins, 2006).

PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO 2011-2020

Atualmente vigora o VI PNPG (2011-2020) que tem por pano de fundo os planos anteriores, dando continuidade a vários aspectos apresentados nos anteriormente, como o combate às assimetrias, a ênfase na inclusão social e a busca pela internacionalização, além dos legados históricos do país e seu momento atual, com os desafios e dificuldades que a promoção e desenvolvimento da Pós-Graduação Brasileira impõem.

Deve-se destacar que pela primeira vez, um plano nacional de educação contempla as propostas de diretrizes e políticas do ensino de Pós-Graduação, isso porque o PNPG é parte integrante do Plano Nacional de Educação (PNE), lei nº 13.005, de 25 junho de 2014, em outras instâncias do MEC e de órgãos do governo, que exige a coordenação de propostas e atividades, o que demonstra a importância que a Pós-Graduação tem para o desenvolvimento e futuro do país.

Para Barreto e Domingues(2012), o Plano tem por maior desafio promover o ajuste do sistema de ensino de Pós-Graduação ao momento atual que o país passava ao se transformar num dos BRICS ó Grupo político de cooperação formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e dessa forma desempenhar um novo papel no concerto internacional das nações.

O PNPG atual é formado por 2 volumes nos quais são estabelecidas diretrizes, metas e propostas, além de informações contextuais relacionadas ao ambiente econômico e político do Brasil, e uma análise do sistema educacional, em escala nacional e mundial, com o intuito de apresentar o cenário nacional e mundial em que o Plano se encaixaria, assinalando o papel do Brasil nesse cenário e a repercussão sobre a pós-graduação. Nesse sentido, reconhece-se a importância da Pós-Graduação, uma vez que a Sociedade da Informação ou do Conhecimento, exige cada vez mais a aplicação do conhecimento e do uso de tecnologias no mundo globalizado que vivemos.

Nesse sentido, uma vez aprovado, o Plano transformou-se em matéria de política pública, uma política de Estado resultando, segundo Barreto e Domingues(2012) em ações estratégicas condizentes com as necessidades do país, pois o diagnóstico foi bem feito e as medidas adequadas foram propostas, restando à execução o êxito do Plano. Vejamos, portanto, quais principais metas e diretrizes estabelecidas pelo PNPG 2011-2020.

EIXOS E DIRETRIZES DO PNPG 2011-2020

O PNPG 2011-2020 prevê o estabelecimento de diretrizes, propostas e metas ambiciosas para a Pós-Graduação brasileira num horizonte temporal mais vasto do que os outros planos, dividindo-as em 5 eixos.

O 1º eixo trata da expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação, a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das simetrias. Neste eixo o Plano reconhece que a cultura da Pós-Graduação no Brasil deve ser expandida de maneira contínua, inclusive de maneira a diminuir as distorções regionais, evitando a concentração de programas de Pós-Graduação em determinadas regiões, além de estimular, também, a internacionalização do ensino com a recomendação de um aumento significativo do envio de estudantes para o exterior através do programa Ciência sem fronteiras, em vista da dinamização do sistema e da captação do conhecimento novo, bem como do estímulo à atração de mais alunos e pesquisadores visitantes do estrangeiro e do aumento do número de publicações com instituições estrangeiras.

Faz parte do 2º eixo a criação de uma nova agenda nacional da pesquisa e sua associação com a pós-graduação, através da parceria com o CNPq, a FINEP e as FAPs visando a instauração de programas, áreas de concentração e linhas de pesquisa que promovam a convergência de temas e o compartilhamento de problemas. Nesse sentido, estabelece como áreas prioritárias, por exemplo: biotecnologia, fármacos, nanotecnologia, tecnologia da informação e da comunicação, microeletrônica, espaço, defesa e energia nuclear, petroquímica, além de reconhecer a importância estratégica da Amazônia, da Amazônia Azul (costa marítima).

Já no 3º eixo o Plano prevê o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de CT&I reconhecendo a necessidade de reconhecer as diferentes culturas de áreas, devendo a avaliação ser feita de acordo com as especificidades de cada área. Visa, também, a priorização da qualidade frente a quantidade com a produção de conhecimento que efetivamente exerça impacto e relevância.

O 4º eixo trata da multi e interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas de pesquisa seguindo a tendência mundial da dinâmica da pesquisa e do conhecimento interdisciplinar entre as mais diversas áreas de estudo.

E por fim, o 5º eixo trata do apoio à educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino, especialmente o ensino médio com o intuito de aumentar o número de estudantes no ensino superior, bem como já inserir a cultura da pesquisa aos mais jovens através de políticas educacionais direcionadas aos jovens.

Além desses 5 eixos, o PNPG (2010) definiu algumas diretrizes: quais sejam:

É estimular a formação de redes de pesquisa e pós-graduação, envolvendo parcerias, nacionais e internacionais, no nível da fronteira do conhecimento, com vistas à descoberta do novo e do inédito;

É dar ênfase nas questões ambientais, associadas à busca do desenvolvimento sustentável e do uso de tecnologias limpas;

É garantir o apoio ao crescimento inercial do SNPG, favorecendo não obstante o uso de parcelas significativas do orçamento das agências como instrumento de implantação de políticas inovadoras;

É considerar, nos diferentes programas visando ao desenvolvimento, economia, saúde e educação no Brasil, as características culturais da população-alvo; e

É dar atenção às atuais gerações de crianças e jovens, particularmente nas áreas de saúde e educação em ações voltadas para o ensino básico e superior com a participação da pós-graduação, pois dependerá dessas gerações o desempenho da economia brasileira nas próximas décadas, como membros da população em idade ativa, em um contexto de rápido crescimento, em termos absolutos e relativos, e de forte aumento da população idosa.

Essas são as diretrizes gerais do atual PNPG, considerações estratégicas que visam a promoção e desenvolvimento da Pós-Graduação Brasileira.

META DO PNPG 2011 ó 2020

Há consenso em afirmar a importância da produção de conhecimento através da pesquisa e inovação para o desenvolvimento de uma Nação, o que já expomos introdutoriamente no presente artigo. Com isso o PNPG reconhece a necessidade de um planejamento estratégico para que a produção de conhecimento aumente e proporcione ao Brasil um bom nível de ciência e avanço do conhecimento. Para tanto, adotou-se o número

de doutores por mil habitantes como indicador de capacidade científica e tecnológica para o estabelecimento das metas do atual PNPG. Levando-se em consideração tal indicador, o Brasil se situa em posição intermediária, conforme se pode constatar na tabela a seguir:

País	Doutores por mil habitantes*
Suíça	23,0
Alemanha	15,4
EUA	8,4
Canadá	6,5
Austrália	5,9
Brasil	1,4
Argentina	0,2

*considerando a população na faixa etária de 25 a 64 anos
Fonte: Doutores 2010, CGEE

Tabela 1 - Número de doutores por mil habitantes

Constata-se que o Brasil se encontra muito aquém dos países mais desenvolvidos economicamente, o que ressalta a implicação da produção de conhecimento ao desenvolvimento de um país.

Além da questão numérica bruta, o Brasil enfrenta problemas com o número relativo aos doutores que efetivamente atuam em atividades de pesquisas, uma vez que, segundo dados do PNPG 2011-2020, o Brasil apresenta apenas 0,5 pesquisador por 1000 habitantes.

Nesse sentido, a meta geral estabelecida pelo PNPG 2011-2020 é o de dobrar o número de doutores por mil habitantes. Para atingir a meta, o Brasil teria que formar até 2020 cerca de 130.000 novos doutores, o que, de acordo com o Plano, estaria dentro da capacidade de formação de doutores na pós-graduação brasileira em 2010, se o crescimento orçamentário dos últimos anos fosse mantido, sendo, portanto, plenamente viável.

No entanto, na época da formulação do Plano, havia grandes perspectivas de desenvolvimento do Brasil. Esperava-se que até 2020 o Brasil se tornasse a quinta potência econômica mundial, e portanto estaria mais rico e assim poderia investir mais em ciência e tecnologia. Ocorre que, atualmente vivemos uma forte crise que gerou cortes orçamentários em muitos aspectos, inclusive na educação superior e principalmente na Pós-Graduação. O PROAP - Programa de Apoio à Pós-Graduação da CAPES que prevê o financiamento de despesas de custeio essenciais para, conforme art. 1º da Portaria 156/2014 da CAPES que regulamenta o programa, proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos e para a produção e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de pós-graduação stricto sensu mantidos por instituições públicas, teve seu orçamento cortado em cerca de 75% do montante previsto para 2015, o que, definitivamente, prejudicará o êxito das metas e diretrizes estabelecidas no PNPG para o ano de 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 constata-se a realização de todo um estudo do quadro econômico, político do Brasil, além situação da Pós-Graduação na época da formulação do Plano. Evidenciou-se bem as necessidades do país e da Pós-Graduação em específico, bem como destacou-se eixos, recomendações e metas que realmente supririam a defasagem existente no Sistema Nacional de Pós-Graduação.

A Pós-Graduação brasileira tem grandes desafios a enfrentar e metas a atingir e para isso necessita do aumento da provisão de recursos e melhoramento da gestão dos recursos alocados para continuar sua evolução. No entanto, a crise econômica sofrida pelo Brasil atualmente tem ameaçado o atingimento das metas e o atendimento das recomendações, isso porque os investimentos foram massivamente cortados o que prejudica a manutenção da estrutura atual e impede que a Pós-Graduação brasileira evolua ainda mais e alcance índices de grandes potências.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALBACHEVSKY, E. **A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida.** In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BARROS, Elionora Maria Cavalcanti de Barros. **Política de Pós-Graduação: um estudo da comunidade científica.** São Carlos, Ed. UFSCar, 1998.

BRASIL. Conselho de Ensino Superior. Parecer nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010.** Brasília: CAPES, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **VI Plano Nacional de Pós-Graduação ó PNPG (2011-2020).** Brasília, DF: CAPES, dez. 2010. 2 v.

CUNHA, L. A. **Reforma universitária em crise: gestão, estrutura e território.** Revista Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, Campinas, v.3, n.2, p.7-21, 1998

FÁVERO, O. **Reavaliando as avaliações da capes.** In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. A avaliação da pós-graduação em debate. São Paulo: ANPED, 1999.

FRIEDMAN, M. **Papel do governo numa sociedade livre.** In: _____. Capitalismo e Liberdade. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 29-40.

GAUDÊNCIO Frigotto; CIAVATTA, Maria. **Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?** Trabalho, Educação e Saúde, 1(1):45-60, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/05.pdf>. Acesso em: 22 Nov. 2015.

HOFLING, E.M. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais.** Caderno Cedes, ano XXI, nº 55, Nov/2001. HOFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. Cad. CEDES, Campinas, v. 21, n. 55, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622001000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 Nov. 2015.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. **Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira.** Perspectiva, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan. 2006. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10315>>. Acesso em: 21 Nov. 2015. Doi:<http://dx.doi.org/10.5007/10315>.

KUENZER, Acacia Zeneida; MORAES, Maria Celia Marcondes de. **Temas e tramas na pós-graduação em educação.** Educ. Soc. 2005, vol.26, n.93, pp. 1341-1362. ISSN 1678-4626. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302005000400015>.

LARA, Ângela Mara de Barros; MOLINA, Adão Aparecido. IX Congresso Nacional de Educação ó EDUCERE III Encontro de Psicopedagogia. **Estado e políticas públicas para a educação e a infância brasileira no final do século XX, 2009**, p.2382- 2397.

Disponível em:

<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2611_1290.pdf> Acesso em: 25 Nov. 2015.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso et al (Orgs.) Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAES, M.C.M. **Avaliação na pós-graduação brasileira: novos paradigmas, antigas controvérsias.** In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A.M. (Org.). A bússola do escrever. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 2002.

RIBEIRO, D. (1978).UnB -**Invenção e Descaminho.**São Paulo: Avenir.

ROMEÔ, José Raymundo Martins, ROMEÔ, Christiane Itabaiana Martins, JORGE, Vladimyr Lombardo. **Estudos de pós-graduação no Brasil.** Rio de Janeiro: UNESCO, 2004. Disponível em: <<http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/textosfinais/romeo2004.pdf>>. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Acesso em: 21 Nov. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **A Universidade no Século XXI:** Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 2004, p.19. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>> Acesso em: 20 Nov. 2015.

SANTOS, Cássio Miranda dos. **Tradições e contradições da Pós-Graduação no Brasil.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003.